



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS, RUFOS, TELHAS E DEMAIS COMPONENTES ACESSÓRIOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA.

RECORRENTE: VEDABEM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

RAZÕES: Empresa VEDABEM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA pede desclassificação de CONSTRUTORA BECAU.

RECORRIDO: CONSTRUTORA BECAU.

I – DAS PRELIMINARES

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **VEDABEM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** através de seu representante legal, alegando inobservâncias de diversos itens do Edital do processo licitatório em epígrafe.

II – DA TEMPESTIVIDADE:

A interposição de recurso referente à habilitação, por força do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, tem o prazo de no mínimo trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

campo próprio do sistema e o prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. Portanto, conclui-se que a recorrente entrou tempestivamente com o recurso. Desta feita, a recorrida foi comunicada da interposição de recurso, abrindo-se assim, prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de eventual contrarrazão e esta foi tempestivamente apresentada.

Verifica-se a tempestividade, legitimidade e a regularidade do presente recurso, atendendo ao previsto no art. 165, “c”, da Lei nº 14.133/2021, bem como é tempestiva as contrarrazões de recurso apresentadas, atendendo ao que é consolidado no art. 165, §4º da mesma lei.

III – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi dada ampla publicidade dos recursos interpostos, momento em que se oportunizou a apresentação, no prazo legal, de contrarrazões pelo licitante.

IV – SÍNTESE DA ALEGAÇÃO DA RECORRENTE

A recorrente, VEDABEM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, alega que a habilitação da empresa CONSTRUTORA BECAU não cumpre todas as exigências do edital, devendo ser desclassificada, destacando três pontos, vejamos:

1. DA INCOMPATIBILIDADE DO CNAE

Afirma que o CNAE da empresa Construtora Becau é incompatível ao objeto licitado não correspondendo a atividade de impermeabilização que seria o CNAE específico (43.30-4-01).

2. DA DOCUMENTAÇÃO VENCIDA



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

Foi apontado que as certidões CNDT e CNDE Estadual encontravam-se vencidas no momento da análise da documentação, em desconformidade com as condições de regularidade previstas na Lei nº 14.133/2021, notadamente no art. 63, inciso II, e no art. 67, §1º.

3. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pontua a não apresentação do atestado de capacidade técnica compatíveis com o objeto licitado, afirmando que os documentos apresentados não comprovariam a aptidão técnica necessária conforme exigido no edital, destacando o item 17.5.1. e item 17.5.2 sustenta o não cumprimento dos requisitos técnicos, tampouco a execução mínima de 50% exigida e a descrição de vedação de parede com rufos.

V – DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA CONSTRUTORA BECAU

Em sede de contrarrazões, a empresa CONSTRUTORA BECAU rebateu, alegando que não há nenhuma irregularidade nos documentos de habilitação ora apresentados, não sendo o recurso sustentado de fatos e juridicamente, devendo ser desprovido. Vejamos:

1. DA INCOMPATIBILIDADE DO CNAE

A Construtora alega possui tem CNAE principal e secundário compatíveis com engenharia civil, e a lei 14.133/21 requer apenas compatibilidade técnica com o objeto da licitação.

2. DA DOCUMENTAÇÃO VENCIDA

As certidões apresentadas estavam válidas e

vigentes no momento da entrega da documentação, atendendo plenamente às exigências do edital. Ressalta-se que o instrumento convocatório não impõe a obrigatoriedade de manutenção da validade das certidões até o término da fase recursal. Assim, eventuais vencimentos posteriores à entrega dos documentos não comprometem a habilitação da empresa, uma vez que, à época, restou comprovada sua regularidade fiscal e trabalhista.

3. DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA

Destaca-se que o termo "vedação com rufo" corresponde a uma atividade complementar, inserida no conjunto de serviços de obras civis e de alvenaria, não se caracterizando como serviço independente, conforme entendimento técnico previsto na ABNT NBR 9575/2010.

É o breve relatório.

VI – DA ANÁLISE DO RECURSO E CONTRARRAZÕES

De início, convém ressaltar que todas as fases do processo obedeceram rigorosamente às disposições contidas no Instrumento Convocatório e que pautaram-se pelo princípio da legalidade, isonomia, boa fé, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, dentre outros correlatos.

1) DO CNAE INCOMPATÍVEL

O objeto trata-se de: *Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção, substituição e impermeabilização de calhas, rufos, telhas e demais componentes acessórios, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada (destaque nosso)*. O edital estabelece as seguintes diretrizes:



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

17.1.2.3. O objeto social do licitante deverá ser compatível com o serviço a ser licitado, caso o objeto social do licitante seja incompatível com o serviço a ser licitado, este será considerado inabilitado para a execução dos serviços.

No caso em apreço, verifica-se que a empresa vencedora possui o CNAE 4399-1/99 – Obras de alvenaria, que abrange expressamente serviços de colocação e instalação de calhas, telhados e coberturas, atividades diretamente relacionadas ao objeto licitado.

Cumprе salientar que a ausência de menção específica à impermeabilização no descritivo do CNAE não afasta a compatibilidade com o objeto licitado, uma vez que tal atividade se insere no contexto técnico das obras de construção e manutenção civil, compondo etapa acessória e integrada à execução de coberturas e sistemas de vedação.

Dessa forma, resta evidenciado que tanto o objeto social quanto os CNAEs registrados da empresa demonstram compatibilidade material e técnica com o objeto licitado, atendendo plenamente à exigência contida no item 17.1.2.3 do edital, não havendo, portanto, qualquer fundamento para a inabilitação da licitante.

2) DA DOCUMENTAÇÃO VENCIDA

O edital, na condição de instrumento convocatório que rege o certame, dispõe expressamente o seguinte item:

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/2021, art. 64):

7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Dessa forma, o próprio edital prevê a possibilidade de realização de diligências quanto à verificação de documentos já apresentados, providência esta que foi devidamente executada e registrada no chat do certame. Assim, a desclassificação de empresa por mero erro sanável contraria o disposto no art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que consagra o princípio do formalismo moderado, segundo o qual a interpretação das normas licitatórias deve evitar a anulação de atos por vícios estritamente formais, quando não houver prejuízo à Administração, à isonomia entre os licitantes ou à seleção da proposta mais vantajosa.

Complementarmente, o § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, a inabilitação do licitante será motivada exclusivamente em razão da verificação de inautenticidade ou da irregularidade insanável da documentação apresentada.

3) DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

No tocante ao atestado de capacidade técnica, importante destacar o que estabelece o item do edital, cuja redação segue:

17.5.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução de no mínimo 50% da quantidade prevista para os serviços de Vedação de parede com rufo estabelecidos nos itens 1.2, 2.2. e 3.2 da Tabela de quantitativos e descrição dos serviços constante neste termo, conforme autorizado pelo § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

17.5.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, obrigatoriamente:

- a. Descrição detalhada dos serviços executados, com indicação expressa da vedação com rufo;
- b. Quantitativo executado;
- c. Nome completo, cargo e assinatura do responsável pela emissão;
- d. Endereço da contratada e contatos da emitente (telefone e e-mail), para eventual diligência.

O solicitado pelo edital é um ou mais atestados que comprovem 50% da quantidade de serviços de vedação conforme descritos no termo de referência, já o item 17.5.2, alínea “a”, por sua vez, requer que o atestado traga “descrição detalhada dos serviços executados, com indicação expressa da vedação com rufo”. **(destaque nosso)**

Isso não impõe literalidade — o termo “indicação expressa” significa que o serviço deve ser reconhecível e identificável como “vedação com rufo”, ainda que descrito com outras expressões técnicas equivalentes.

VII – DA DECISÃO

Em face do exposto decido:

a - Não acolher as alegações da empresa recorrente VEDABEM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA;

b - Pelo acolhimento das alegações da empresa contrarrazoante, CONSTRUTORA BECAU.

Importante destacar que esta decisão não vincula a Autoridade Superior, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi acarreado a este processo, fornecendo subsídios à decisão administrativa superior, a quem cabe à análise desta.



Fundação Educacional do Município de Assis
Campus “José Santilli Sobrinho”

Nada mais havendo a relatar, submeto à autoridade Administrativa Superior, com as informações aqui prestadas, para decidir se mantém a referida decisão ou se o recurso será considerado provido, reformando-a.

Este é o parecer.

Assis, 6 de novembro de 2025.

Camila Manfio S. de P. Souza
Pregoeira Oficial



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 99C9-1BBA-ED49-BE06

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAMILA MANFIO SPERANDIO DE PONTES SOUZA (CPF 447.XXX.XXX-62) em 06/11/2025 14:50:58

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fema.1doc.com.br/verificacao/99C9-1BBA-ED49-BE06>